



“Liberado com cortes”: tática e estratégia no jornal Movimento no processo de liberação da censura prévia em 1978¹

Júlia de Quevedo Manzano²

Enrique Serra Padrós³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS

RESUMO

Esta pesquisa é o início de um projeto que pretende analisar a *resistência* no jornal *Movimento* durante um período de oito semanas da sua breve existência (1975-81). Tal trabalho é feito a partir da análise do conteúdo das matérias sobre política no semanário, mais especificamente as matérias relacionadas às críticas ao regime e aos direitos humanos (tópicos bastante censurados). Para o estudo, utilizarei os conceitos de Michel de Certeau, *tática* e *estratégia*. Enquanto a *tática* é chamada por De Certeau, de “a arte do fraco” e necessita aproveitar as brechas deixadas pelo *outro*, a *estratégia* possui um espaço próprio e pode ter um planejamento para acontecer.

PALAVRAS-CHAVE: *Movimento*; Imprensa Alternativa; Censura; Michel de Certeau; Resistência.

Introdução

Na década de 1970, no Brasil, começaram a surgir os “movimentos de diferença”, que influenciaram na significação do ano de 1968 para o mundo. Esses movimentos teriam ilustrado a cena política mundial e brasileira, constituindo-se como uma “cena política de esquerda”.⁴ Porém, no Brasil, houve uma especificidade. Enquanto no restante do mundo esses grupos que lutavam pela denominação de “alternativos” se confrontavam muitas vezes com as esquerdas de seu próprio país, no solo brasileiro, o pano de fundo desses movimentos era a ditadura civil-militar, o que “incorporava ao *ethos* dissidente e alternativo o sentimento de luta, de ‘resistência’”.⁵

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduanda do Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica desta mesma instituição sob a orientação do professor Antonio Carlos Hohlfeldt, email: julia.manzano@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: lola@adufgrs.ufgrs.br

⁴ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2000. p. 17.

⁵ *Ibid.*



Ou seja, não ocorreu no Brasil, uma crítica ao estalinismo e as concepções autoritárias do “socialismo real” como de fato houve na Europa.

Nesse período, desempenhando um papel contrário ao proposto pela grande mídia da época, o jornalismo alternativo (conhecido também como “nanico”) desempenha múltiplas atividades no espaço midiático.

Em 1975, o semanário *Movimento* irrompe na cidade de São Paulo voltado para o cenário nacional.

A partir de 1974, quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através da imprensa alternativa, os jornais incham e se multiplicam. Surge assim, uma sexta vaga, em pleno colapso do milagre econômico, constituída de projetos ambiciosos, como *Versus* e *Movimento*, nos quais predomina o ativismo político.⁶ (KUCINSKI, 2003, p. 34)

Movimento surgiu de um racha do semanário *Opinião*, também alternativo. A divisão na redação deste último teria ocorrido após o afastamento do jornalista Raimundo Rodrigues Pereira da publicação,⁷ quem mais tarde viria a se tornar o editor-chefe de *Movimento*.

O periódico *Movimento* já nasceu sob a condição de censura prévia em 1975; esta se estendeu até junho de 1978. Segundo Carlos Azevedo, documentos demonstram a preocupação do regime civil-militar com o semanário de uma forma “absurda”,

[...] mas esteve longe de ser uma censura ridícula e aleatória. [...] Até 8 de junho de 1978, data em que foi suspensa, a censura prévia havia vetado no jornal 3.093 artigos na íntegra, além de 450 mil linhas de textos parcialmente cortados e 3.162 desenhos. Mais de 4,5 milhões de palavras foram vetadas – cerca de 40% do conteúdo produzido, conforme balanço feito pelo semanário em sua primeira edição sem censura.⁸ (AZEVEDO, AMARAL & VIANA, 2011, p. 73)

Para analisar como o jornal desempenhou a resistência ao regime civil-militar (e à censura prévia), os conceitos utilizados serão os de *estratégia* e *tática* de Michel De Certeau, associados à *teoria dos dispositivos* de Maurice Mouillaud.

Inicialmente deve-se pensar que o jornal *Movimento* possui uma trajetória própria, que tem um caminho traçado e interligado por diversos aspectos diferentes, o que torna particular a sua experiência de resistência, se comparada com outras

⁶ KUCINSKI, Bernardo, Op. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 34.

⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário, 1968-78, o exercício do cotidiano da dominação e da resistência; O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: USP/FFLCH, 1990, p. 124.

⁸ AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011, p. 73.



publicações. Relacionado a isso, segundo De Certeau, existem “‘trajetórias indeterminadas’, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam”.⁹ A partir disso, analisar a censura em *Veja*, *O Estado de São Paulo*, *Opinião* ou *O Pasquim* se torna um trabalho diferente, não apenas devido à forma, ao conteúdo e ao propósito desses jornais, mas também a sua relação com o Estado autoritário.

Tática e estratégia se diferenciam por certos princípios básicos. A *tática* não tem um lugar próprio para agir, sem uma autonomia fornecida de fora. A *estratégia* é um cálculo ou uma manifestação de forças que “um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado”,¹⁰ ou seja, tem um lugar para ser próprio, determinado e claro, que não precisa depender das chances e circunstâncias para existir. Segundo De Certeau

a estratégia postula um lugar de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc).¹¹ (DE CERTEAU, 1996, p. 97)

A *estratégia* tem a vantagem de ter o “próprio”, um espaço, e a partir disso, ela tem “uma vitória do lugar sobre o tempo”¹² e pode organizar as vantagens conquistadas nessa resistência, e assim se preparar para o futuro, tendo uma maior independência. Ou seja, não depende das brechas deixadas. Além disso, esse lugar próprio, essa divisão do espaço

Permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portando e ‘incluir’ na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço.¹³ (DE CERTEAU, 1996, p. 100)

Já o tipo de relação denominada *tática* se dá pela ausência desse espaço próprio referente à *estratégia*. Para existir, é necessário que a *tática* ocupe o espaço do outro, mas esse não se torna seu. Por isso “deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”.¹⁴ Ou seja, enfrentar as condições impostas, via censura prévia, potencializando “furos” e “brechas” nessa estrutura de

⁹ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 97.

¹⁰ *Ibid.*, p. 99

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ *Ibid.*, p. 100.

¹⁴ *Ibid.*



dominação. Devido a isso, a possibilidade de planejamento e organização, possíveis com a *estratégia*, não são realizáveis no caso da *tática*.

Neste trabalho, em termos analíticos, deve-se considerar, também, a teoria dos “dispositivos” de Maurice Mouillaud. Para ele, o discurso do jornal não é algo simplesmente dado, mas está circundado pelos *dispositivos* que atribuem um sentido diferente ao que está escrito ali.¹⁵ Os *dispositivos* podem ser um suporte, mas que não é apenas o suporte daquele conteúdo, e constituem, junto com ele, um “formato”.¹⁶ Para Mouillaud, a separação entre forma e conteúdo está, muitas vezes, presente nos estudos sobre imprensa, e essa separação simplista acaba remetendo a ideia de “uma caixa ou de um escrínio”¹⁷ nos quais um objeto está, de fato, ‘contido’.¹⁸ Junto com a proposta das trajetórias, de De Certeau, esse jornal se constitui em um objeto único de análise, devido ao seu conteúdo, sua constituição e sua relação com o estado ditatorial.

Resistência em *Movimento* até 05 de junho de 1978

De acordo com as tabelas fornecidas por Maria Aparecida Aquino em seu livro sobre a censura em *Movimento* e *O Estado de São Paulo*, as questões políticas constituem (entre sete de julho de 1975 e cinco de junho de 1978) 25,48% do material censurado¹⁹ no jornal *Movimento*.

- a) Críticas ao regime – 39,90%
- b) Repressão política – 20,18%
- c) Corrupção governamental – 9,38%
- d) Críticas da oposição – 7,51%
- e) Violência Policial/Esquadrão da morte – 7,51%
- f) Relações Igreja/Estado – 7,51%
- g) Anistia – 2,81%

¹⁵MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio (Org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 29.

¹⁶*Ibid.*, p. 31. Para entender melhor a ideia de “formato” o autor comenta na página 31, o exemplo de formato ocidental de página que temos. Como estamos acostumados, achamos natural e não percebemos a lei do vertical e horizontal que a regula. Porém, se pensarmos a lógica da folha em outra cultura, como na língua japonesa, percebe-se que essa ordem é um tipo de formato.

¹⁷ 1 Armário ou cofre para guardar papéis e utensílios de escrita; escrivaninha. 2 Guarda-jóias. (MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2007.)

¹⁸ MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido.... op. cit., p. 29.

¹⁹ Entre 1975 e 1978, as unidades temáticas censuradas propostas pelos estudos de Maria Aparecida Aquino são: questões econômicas eram 12,86%; questões sociais eram 25,60%; questões educacionais e culturais eram 16, 79%, questões de política internacional eram 10,60%; questões referentes à censura eram 5,83%; reconstituições históricas – reportagens de eventos não contemporâneos da época – 2,84%.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário*...., Op. cit., p 132.



- h) Críticas do Exterior – 1,40%
- i) Assembleia Nacional Constituinte – 1,40%
- j) Comentários Ref. A Políticos Anteriores a 1964 – 0,93%
- k) Caso Ângela Diniz – 0,46%
- l) Anticomunismo/TFP – 0,46%
- m) Casos Aracelli/Cláudia/Ana Lidia – 0,46%
- n) Questões de Drogas – 0,46%²⁰

Existe também uma tabela importante, mais simplificada, porém, elaborada pelo próprio CENIMAR, um dos maiores órgãos da repressão brasileira, listando o universo temático das matérias censuradas em *Movimento* entre abril de 1977 e abril de 1978. Tal emblemático documento foi incluído na tese de Mestrado de Maurício Maia Souza.

- a) Ataques ao regime – 25,27%
- b) Direitos humanos – 24,33%
- c) Situação econômica – 19,86%
- d) Movimento estudantil – 10,20%
- e) Incitação à luta – 7,46%
- f) Movimento sindical – 5,02%
- g) Movimento religioso – 4,11%
- h) Leis revolucionárias – 3,72%²¹

A lista do CENIMAR se aproxima mais do período aqui estudado, mas não possui a complexidade da dos estudos de Aquino. Nela, as questões políticas, junto com as questões sociais, constituem os dois principais focos durante toda a atuação dos censores dentro da redação de *Movimento*.

Além disso, durante a distensão política e o fortalecimento da oposição, a efervescência política da época aparecia nas páginas até mesmo dos jornais censurados. A escolha das matérias sobre as questões políticas também abrange a forma como elas são retratadas na capa do periódico. As duas tabelas justificam a escolha dos temas e das matérias relacionados à política nacional, que o trabalho pretende explicar a partir dos conceitos de Michel De Certeau e das análises sobre o jornal de Maurice Mouillaud.

²⁰ A porcentagem calculada é aproximada. Levou-se em conta o número de matérias encontradas pela autora em relação ao total da unidade temática *Questões Políticas*.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 133.

²¹ CENIMAR/Ministério da Aeronáutica. In: SOUZA, Mauricio Maia. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. Dissertação de Mestrado. ECA:USP, 1999. p. 117.



O projeto gráfico do jornal *Movimento* nem sempre era definido, tornando, em muitos casos, difícil a separação exata entre as editorias do semanário. Porém, com base nos assuntos apresentados acima e na identificação de algumas seções reconhecidamente políticas, caso de *O Brasil*, a *Coluna do Chico Pinto* e parte da seção de notas *Os Fatos*, o trabalho se dará em cima das matérias relacionadas à política nacional nos meses de maio e junho²² de 1978.

Devido à amplitude de possibilidades de análise, analisaremos itens de cunho político, respeitando a listagem apresentada por Maria Aparecida Aquino – Críticas ao Regime, que se unirá com os itens sobre a corrupção governamental, as críticas da oposição, Assembleia Nacional Constituinte; e a questão dos Direitos Humanos, que também passará a abranger a questão da violência policial/esquadrão da morte, da repressão política e da anistia – e a elaborada pelo próprio CENIMAR, divulgada na tese de Maurício Maia de Souza. Porém, alguns títulos que não considero adequados serão modificados e explicados. O trabalho avaliará se estes temas, apesar de listarem entre os mais censurados, foram efetivamente retratados na página, de qual forma, e o espaço que ocupavam, mostrando que tipo de resistência ao regime, *tática ou estratégica*. Pois, afinal, se as matérias que serão citadas no jornal se enquadravam nos tópicos mais censurados, de que modo elas apareciam? Elas se constituíam como resistência? E se eram controladas, que tipo de espaço existia dentro do jornal para esse propósito?

Ao propor analisar o jornal *Movimento* em 1978, deve-se levar em conta que devido a sua formação e ao seu próprio status de *alternativo*, ele coloca-se contra o regime civil-militar instalado no Brasil desde 1964. Censurado antes mesmo de ter sua primeira edição nas bancas, é esperado que um dos itens mais citados em suas páginas seja a crítica ao regime. E, conseqüentemente, a censura dessa temática por parte do próprio sistema, é algo coerente dentro dos moldes de funcionamento de uma ditadura de segurança nacional. Segundo Carlos Azevedo, “O jornal *Movimento* significava jornalismo político. Desde o início, todos os que se aproximavam tinham formação política e queriam fazer oposição ao regime militar”.²³

²² E no terceiro item, serão estudados os meses de junho e julho de 1978, o mês seguinte após o final da censura prévia

²³ AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*. Belo Horizonte, *Manifesto*, 2011. Formato HTML. Disponível em: <<http://www.oficinainforma.com.br/movimento/livro/>>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.



As críticas ao regime aparecem nas matérias de capa e no corpo do semanário. Uma matéria sobre as eleições em novembro indica claramente a desconfiança no futuro processo eleitoral. No título “Haverá mesmo eleições em novembro?”²⁴ a palavra “mesmo” indica a séria desconfiança à palavra do governo. Além disso, ele relaciona-se com os subtítulos como “Adivinhe o que o governo vai fazer para salvar a Arena do desastre nas eleições”; “O pacote de abril para conter a oposição” e “As reformas, para dividir a oposição”.

Não são os únicos exemplos que reforçam a ideia de oposição ao partido de situação, a Arena. O próprio semanário questiona com o título de uma reportagem “Você votaria num destes homens para seu representante?”²⁵ colocando fotos de candidatos militaristas à Câmara (Coronel Erasmo Carlos, Ivahir Garcia e Cantídio Sampaio) e intercalando a matéria com trechos de entrevistas de Erasmo Dias ou a trajetória dos outros dois. Partindo do que poderia ser visto como possível na divulgação dos possíveis candidatos da Arena (partido que dava suporte à ditadura) o que o jornal fazia, em realidade, era remarcar a identidade dos candidatos desse partido com o regime – que ele, jornal, tanto combatia.

É interessante notar na edição número 151, há uma matéria sobre o caso Herzog, intitulada “Na sala ao lado, os gritos de Herzog”,²⁶ com o depoimento de Duque Estrada sobre as torturas sofridas pelo jornalista. Nela, a palavra “tortura” aparece diversas vezes, mostrando claramente o que em muitas situações tentou se esconder no regime. Paradoxalmente, neste caso, mesmo claramente noticiada, a matéria não foi censurada. Aqui, a *tática* utilizada foi a de atribuir às fontes das palavras que provavelmente poderiam causar desconforto com os censores. Ou seja, “quem disse” não foi o jornal, mas a fonte. Não houve utilização só de aspas, mas recursos relacionados ao discurso indireto como forma de provar um distanciamento do jornal daquelas opiniões concedidas por entrevistados. No caso em questão, a notícia está na segunda página, e uma sorridente foto de Herzog chama a atenção do leitor. Segundo Mouillaud, quando se coloca uma citação, pode-se produzir dois efeitos: o de autoridade ou o de distanciamento.²⁷ A partir desse distanciamento, o jornal busca poder noticiar as violações sem, porém, desentender-se mais com a censura, resistindo *taticamente* mais uma vez. Essa mesma situação aparece em outras matérias, como outra reportagem

²⁴ *Movimento*, n. 150, São Paulo, p. 05, 15 mai 1978.

²⁵ *Movimento*, n. 150, São Paulo, p. 07, 15 mai 1978.

²⁶ *Movimento*, n. 151, São Paulo, p. 2, 22 mai. 1978.

²⁷ MOUILLAUD, Maurice. *Da forma ao sentido.*, Op. cit., p. 131



sobre o caso Herzog²⁸ (que retoma o mesmo tema: falta de mais testemunhas para provar que Herzog morreu em decorrência das torturas); e há ainda uma pequena nota sobre a existência de censura na imprensa brasileira.²⁹ A matéria é um exemplo prático desse distanciamento que o jornal tenta aparentar sobre de temas “malditos” para não atrair o olhar dos censores:

CENSURA

Do editorial da Folha de S. Paulo do último dia 31: “A defesa da liberdade de expressão não pode ser restrita a determinados jornais. Uma sociedade democrática e pluralista deve assegurar o direito de todos os grupos sociais, desde que reconhecidos como interlocutores válidos, de expressarem livremente seus pontos de vista. A censura é ou não é. Esta, a que assistimos, discriminatórias, não tem sequer um bafejo de racionalidade.”³⁰

Nessa situação, vale a pena ressaltar que, em 1975 ou ainda antes de qualquer distensão, seria pouco provável que uma matéria como esta escapasse do olhar atento dos censores, mesmo potencializando recursos relacionados aos dispositivos de composição da página. Segundo Anne Marie Smith, tanto a existência de autocensura quanto de censura prévia (caso do jornal *Movimento*), eram escondidas da população, como forma do regime garantir maior legitimidade. Porém, com a política de distensão, mudava um pouco a figura. Tornava-se mais difícil para o Estado negar certas violações e atos inconstitucionais, ante uma oposição cada vez maior e mais atuante, que “lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas”.³¹

Os exemplos mostrados e outros tantos estudados mostram como o jornal *Movimento* conseguia, de fato, informar sobre os temas de extrema sensibilidade para a censura. Porém, a forma com que estes temas eram retratados no periódico mostra que não tinham um espaço próprio. Nos casos analisados, a crítica ao regime poderia ocorrer dentro de matérias como a da nova Frente Democrática. Ou da notícia sobre a morte da mãe de Márcio Moreira Alves (e aí entrava a anistia, e o exílio, por exemplo). As críticas à tortura ou à censura são ditas nas vozes de outros, mais expostas que defendidas, só possíveis pela aparência de distanciamento do jornal.

Porém, é no mínimo surpreendente a quantidade de matérias com críticas abertas ao regime que já passavam pelos censores em 1978. Enquanto a questão dos direitos humanos e repressão política é retratada de forma bastante discreta, o regime é bastante

²⁸ *Movimento*, n. 153, São Paulo, p. 2, 05 jun. 1978.

²⁹ *Ibid.*, p. 8.

³⁰ *Ibid.*

³¹ ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005 p. 225.



criticado, política e economicamente. Critica-se o conservadorismo da Arena e a falta de reformas constitucionais, já reivindicadas pela oposição. Critica-se a possibilidade de não haver eleições em 1978, a corrupção dos governantes, a inexistência do Estado de Direito no Brasil ou o isolamento do regime militar – cada vez mais visível.

Os espaços utilizados para as críticas não pertencem ao jornal, pois podem a qualquer momento ser retirados pela censura. Mesmo que as matérias sejam publicadas, não é possível que o jornal faça um planejamento a longo prazo do que e como quer noticiar. Ele sobrevive nas brechas do que a censura deixa passar – e a censura, de forma geral, vai ficando mais branda a partir da distensão. Porém, não há garantias da continuidade e retrocessos podem ser possíveis. Isto ocorre porque a censura não tem um modelo institucionalizado. Logo, o tipo de resistência que existe antes do final da censura prévia dentro da redação de *Movimento* é uma resistência por *tática*, no qual o jornal depende do tempo, não do espaço que ele tem, que ocupa, mas não tem permissão para usá-lo de acordo com suas deliberações internas e/ou editoriais.

Resistência em *Movimento* a partir de 12 de junho de 1978

A censura não foi um processo institucionalizado e sempre houve tentativas por parte do governo de ocultá-la da população. Porém, ela está relacionada às medidas tomadas pelo governo para se autolegitimar e institucionalizar-se.

O processo de liberalização teve, porém, dois pesos e duas medidas. Enquanto jornais como *O Estado de São Paulo* e *O Pasquim* foram liberados da imposição censorial em 1975³² – ano de surgimento de *Movimento* – este último sofreria ainda por três anos, tendo que prestar conta de todo o material produzido para censores do governo federal, muitas vezes arbitrários, que influenciavam na finalização do jornal. Com isso, percebia-se que, além da antipatia geral com a imprensa, certos veículos preocupavam mais – provavelmente, isso estava relacionado com seu público alvo e também com sua relação com a oposição brasileira, ou seja, quanto mais crítico ao governo e próximo à oposição, maior a preocupação por parte dos censores; porém isso nem sempre era uma regra, devido ao caráter muitas vezes arbitrário da censura -, estendendo a medida restritiva sobre eles por mais tempo. Em junho de 1978,

³² SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado. O consentimento das imprensas à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 97



finalmente, o semanário *Movimento* vê-se livre dos três anos de censura prévia aos quais foi submetido.

Embora, a censura não pudesse ser amplamente divulgada à população, a sua ausência o foi. A primeira capa, em 12 de junho de 1978, possui os dizeres em fundo vermelho “SEM CENSURA! História dos 3 anos da Censura em Movimento” mostrando aos leitores a existência de um aparato repressivo que, por três anos, prejudicou as informações que eram passadas para eles. Tal acontecimento já mostra uma mudança na postura de realizar as denúncias, devido ao espaço aberto que agora ocupa.

Após a liberação feita no dia 08 de junho de 1978 (que viria a ser revelada na edição seguinte, dia 12 de junho), *Movimento* informou, abertamente, sobre as limitações que sofrera na produção do periódico durante os três anos de vigência da censura prévia. Nessa nova fase que se abria, o caráter de denúncia do jornal continuou existindo, como antes do final da censura, mas agora, existia um espaço para se constituir sem temer reprimendas antes de publicar suas pautas, podendo ser denominada agora uma *ação estratégica* de resistência.

O terceiro item se propõe a analisar como o jornal noticiava as matérias de política nacional das quatro edições após o final da censura prévia em *Movimento*. Os itens escolhidos para análise serão os mesmos do capítulo 2, que foi baseado nas tabelas de Aquino e do CENIMAR: críticas ao regime e repressão e direitos humanos. As edições analisadas serão as de número 154, 155, 156, e 157.³³ A de número 154 já não é censurada, porém foi planejada ainda dentro da censura prévia, enquanto as três seguintes foram planejadas já sem qualquer ameaça ou necessidade da revisão dos censores, como se fazia anteriormente. O questionamento aqui seria se há uma mudança no tipo de resistência desempenhado pelo semanário após a queda da censura prévia. E se há, ela é uma *estratégia*? Como se constituem os espaços do jornal agora que ele não é mais alvo da medida repressiva? Se o jornal passa a ter seu *espaço*, seu lugar, que pode ser isolado e utilizado como uma forma de resistência para que relações com a exterioridade nasçam.

Após o final da censura prévia, *Movimento* sente, em suas primeiras edições sem o controle aparato repressivo, uma liberdade jamais experimentada. A falta da censura é anunciada em todos os espaços possíveis. Além das reportagens, colunas e matérias no

³³ Respectivamente dos dias 12/06, 19/06, 26/06 e 03/07 de 1978.



geral, o fim da censura é citado até mesmo na seção de opinião dos leitores, chamada de *Cartas Abertas*³⁴. Entretanto, tal seção não é o foco deste trabalho.

As críticas ao regime continuam se baseando em criticar a solidão do Estado, a falta do apoio de muitos setores da sociedade e a possibilidade de eleição do general Euler Bentes da Frente Popular Democrática.

A questão da violação dos direitos humanos e a repressão vivida no cenário pós censura prévia é a que apresenta maiores mudanças em relação ao período anterior à censura prévia. A censura é mostrada, na nova fase como algo concreto e é claramente referenciada em quase todas as matérias.

Movimento elabora um Especial sobre a história da censura no semanário, apresentado durante três edições sucessivas. Todas as matérias aparecem noticiadas na capa do jornal e ocupam boa parte do interior da edição. A primeira edição (número 154) noticia na capa “SEM CENSURA: História dos 3 anos da Censura em Movimento. Especial, 8 páginas” e faz uma reportagem de oito páginas.

Ainda existia o perigo da censura prejudicar o jornal, dentro de seu próprio espaço, apenas a partir da apreensão da edição ou até mesmo da volta da censura prévia, pois não havia necessariamente uma legislação que protegesse a imprensa das arbitrariedades do Estado, já que “a censura política da imprensa era ilegal nos termos do próprio regime”,³⁵ então não havia necessidade de uma base de sustento constitucional para acontecer. A denúncia da existência desses aparatos repressivos constituía uma forma de luta pela manutenção desse espaço, mesmo o semanário tendo autonomia e um espaço próprio de articulação.

Se o medo declarado da volta da censura existia, não é possível saber; mas existia cautela. Enquanto o jornal estivesse liberado desse controle, ele aproveitaria para noticiar e planejar uma edição ao gosto dos editores, pela primeira vez em três anos. A linha de apoio da matéria sobre os três anos de resistência era “A suspensão da censura prévia: uma vitória. E um longo caminho pela frente até a liberdade”, dando a ideia de que a suspensão da censura era parte de um processo. Ligado a isso, a esse caminho da liberdade, havia mais uma matéria mostrando todo o prejuízo sofrido pelo jornal e a

³⁴ “Não quero deixar de dizer que me uno à alegria de toda a equipe de *Movimento* pela retirada da drástica e tão injusta censura. Frei Romeu, Centro Pastoral Vergueiro, São Paulo – SP”; “COMPANHEIROS PARABENS FIM CENSURA VITORIA TODA OPOSIÇÃO. CEHAT USP”; “PARABENS ELIMINACAO CENSURA PREVIA VG UMA CONQUISTA BRASILEIROS”; entre outros. (*Movimento*, n. 156, p. 23, São Paulo, 26 jun. 1978.)

³⁵ SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 97.



quantidade de material cortado, que chegou a constituir 80 caixas de material armazenado pelo próprio semanário.

A censura não era a única forma de violação dos direitos humanos e repressão retratados no semanário. Ainda na primeira edição após o final da censura, a contracapa era ocupada com um relato da violência policial contra os estudantes na Bahia. O título era sintético “Bombas e cães contra estudantes”, mas a linha de apoio dizia o seguinte: “Na Bahia, a polícia investe contra os estudantes na mais violenta repressão dos últimos anos”. O fato da oposição ocupar o espaço público e o movimento estudantil crescer consideravelmente nos últimos tempos, não permitia esperar reação tão violenta em um Estado que se encontrava, teoricamente, na política de distensão proposta pelo governo Geisel. Tal repressão no período, porém, não seria incomum. Um dos subtítulos que apoia essa ideia é “Os secundaristas voltaram às ruas de Salvador. Foi a primeira vez desde 1968”, pois durante esses dez anos, entre os dois períodos, talvez fosse difícil pensar em uma manifestação organizada, devido à impossibilidade dos grupos oposicionistas de se articularem de uma forma plena.

Matérias sobre a morte de Vladimir Herzog foram publicadas em quatro edições. Na primeira, vem a público o texto sobre sua morte e que acabou censurado. Associado a ele, há uma cópia da capa da edição (que foi cortada) com um emocionante bilhete da redação de *Movimento* para a esposa de Herzog, Clarice, em 1975, na época que a capa deveria ter sido publicada:

Clarice,
Fizemos a matéria sobre a morte do Wlado, mas a censura cortou. A redação acha que você deveria ficar com os originais. O desenho é do Elifas Andreatto [sic]. Era a capa da edição.³⁶

O caso Herzog é um dos primeiros em que se acusa o Estado como culpado pela morte de alguém que foi torturado. Todo o processo só é possível graças à liberalização do Estado e da articulação da oposição, que cada vez ocupa mais espaços dentro do poder político. E a publicação só é possível graças à liberação da censura e ao estabelecimento de uma resistência feita por meio de *ações estratégicas* por parte do semanário.

O jornal agora tem espaço para resistir às arbitrariedades do regime com a imprensa. Além disso, possui o poder que possibilita a organização de “lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes)”³⁷, ou seja, de um discurso organizado e planejado a

³⁶ *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 13, 12 jun. 1978.

³⁷ DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano...*, Op. cit., p. 102.



partir do que o jornal deseja constituir como sua atividade de resistência, uma resistência *estratégica*. A voz e a palavra de diversos grupos de oposição foram acolhidos dentro do jornal, como as reivindicações estudantis, a luta pela anistia, a censura em outros veículos (como no rádio e na TV – devido a abrangência de seu público), e outros encontraram eco nas suas páginas. As vozes que compõem esses movimentos e/ou as opiniões sobre eles podem ser diferentes e o jornal tenta retratá-las; mas o aspecto que une todos ali é a luta contra o regime ditatorial, reforçando nesse ato o caráter identitário de oposição. Com o fim da censura, essa atitude de oposição ao regime, de existência anterior, ganhou a possibilidade de definir-se como tal e planejar e redimensionar suas potencialidades de crítica e resistência.

Considerações finais

As críticas ao governo já aconteciam antes do final da censura, mas sua publicação era incerta, podendo ser censuradas a qualquer momento. Relacionado a isso, havia gastos de tempo, pessoal e dinheiro que prejudicavam seriamente a publicação e colocavam em questão a própria sobrevivência de *Movimento*. Após o final da censura prévia, os textos questionadores continuam ocupando aproximadamente o mesmo espaço, que antes não podia autodenominar-se crítico, devido à medida repressiva. Aproveitando-se as *brechas* que a censura permitia, o jornal tentava resistir às medidas repressivas do estado ditatorial a partir de *ações táticas*, pois era impossível o jornal se constituir como um espaço de denúncia – mesmo que o fizesse, a censura poderia, a qualquer momento, banir essas críticas e retirar esse possível espaço, então o jornal precisava aproveitar as lacunas que a censura não cortava. Porém, após o final da censura, o jornal passou a poder publicar qualquer conteúdo desejado, fazendo um novo uso livre de tal espaço – sabendo que existiam outros riscos, como a possível punição ao jornal e aos profissionais que ali trabalhavam (o perigo de atentados com bombas e prisões de jornalistas, por exemplo) devido à publicação de assuntos que desagradassem às autoridades governamentais, porém eles eram posteriores e externos, e não estavam ligados à organização e ao planejamento internos da publicação. A partir disso, a crítica se tornou bem mais aberta e as ações de resistência *estratégicas*. O jornal estava se constituindo como um espaço próprio, dele, e de denúncia e sem o medo do boicote por parte da censura. Agora, havia a possibilidade de estabelecer e propagar um discurso



próprio do jornal, algo que o fim da censura prévia, foi prejudicado pela medida repressiva.

A crítica velada ao regime, em um primeiro momento, se traduzia em desvalorizações políticas das práticas ditatoriais; isto tudo denunciado através dessas brechas na censura, ora dadas pelo caráter arbitrário e contraditório que ela tinha, ora possibilitada pelos *dispositivos* jornalísticos – dos quais fala Maurice Mouillaud -, como a disposição das imagens, o perfil dos títulos, o recurso a citações e publicação de entrevistas, etc. Quer dizer, “Os dispositivos se encaixam uns nos outros. O jornal se inscreve no dispositivo geral da informação e contém, ele próprio, dispositivos que lhe são subordinados (o sistema de títulos, por exemplo)”³⁸ e é a partir desses *dispositivos* articulados que o jornal encontrava suas brechas de atuação, significando os acontecimentos a partir de suas próprias manobras com os seus dispositivos.

A postura de *Movimento* já era esta antes do fim da censura prévia, depois que ela acaba, o jornal aprofunda suas críticas ao regime. Porém, talvez seja mais importante identificar um novo foco nos objetivos dos responsáveis pelo mesmo: a procura e o estabelecimento de uma identidade para o jornal. Quer dizer, imprimir uma marca que o distinga dentro de um cenário onde a necessidade de burlar a censura não é mais uma ação urgente tão recorrente, e no qual a luta e a resistência contra a ditadura persistem como eixos vertebrais da proposta editorial. Dentro dessa lógica, uma opção foi trazer ao público grande parte do material produzido e vetado durante a vigência da censura prévia. Assim, *Movimento* procura utilizar a própria existência da censura e resgata matérias por serem consideradas questionamentos das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Logo, procura-se retomar tudo o que não pode ser dito anteriormente, por causa da interferência direta na edição do jornal; procura-se desta maneira dar voz e espaço aos diversos grupos unificados na resistência ao regime. Os mesmos passam a ocupar espaços, muitos reabertos, na cena política e social do país. Essa maior liberdade de atuação não impede que se realizem reflexões sobre a continuidade da insegurança da situação e críticas ante a permanência da arbitrariedade das ações ditatoriais. O perigo de uma nova intervenção estatal nas publicações do semanário, a qualquer momento, está sempre presente.

REFERÊNCIAS

³⁸ MOUILLAUD, Maurice. *Da forma ao sentido.*, Op. cit., p. 15.



ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário, 1968-78, o exercício do cotidiano da dominação e da resistência; O Estado de São Paulo e Movimento**. São Paulo: USP/FFLCH, 1990.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2000.

AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. **Jornal Movimento, uma reportagem**. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Edusp, 2003

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio (Org). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado. O consentimento das imprensas à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Mauricio Maia. **Henfil e a censura: o papel dos jornalistas**. Dissertação de Mestrado.
ECA:USP, 1999